

Pensamento brasileiro e sociologia da cultura

questões de interpretação

Maria Armanda do Nascimento Arruda

Comumente revisitar idéias, sobretudo aquelas repetitivas ao ponto da trivialidade, pode ser bom princípio para compreender problemas cruciais de uma cultura. O contínuo esquadrinhamento da nossa vida intelectual, persistência marcante no Brasil, acentuada no último quarto do século XX, confirma uma atitude tão recorrente que se firmou como qualidade singular de nossa reflexão. Este texto reincide no mesmo pensamento já bastante polido por diversos autores, cujo interesse se aviva na exclusiva tentativa de iluminar novos ângulos do tema, de propor articulações sugeridas mas não completamente realizadas.

Em prefácio clássico escrito para a quarta edição de *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda, Antonio Candido assentou o significado dos chamados intérpretes do país, a tríade que distinguiu a geração de 1930, “revelada nessa aventura obstinada de reinterpretação do Brasil” (Novais e Arruda, 1998, p. 8). Explicitando as idéias responsáveis pela clivagem presente nas obras de Gilberto Freyre, de Sérgio Buarque de Holanda e de Caio Prado Jr., Antonio Candido chama a atenção para a particularidade desses autores no tratamento de nossos problemas, inscrita em dicções intelectuais incomuns no passado. A despeito da diversidade que os individualiza, encarnaram a face mais renovadora do pensamento oriundo dos anos de 1930 e que marcará a cultura brasileira em toda a sua trajetória ulterior (cf. Candido, 2000, pp. 190-191). Interessante acom-

panhar o fio de continuidade existente entre a reflexão de Candido sobre esse período e as propostas presentes nas páginas de abertura da sua notável *Formação da literatura brasileira*, 1959, quando delineia seu programa intelectual:

Comparada às grandes, a nossa literatura é pobre e fraca. Mas é ela, não outra que nos exprime. Se não for amada, não revelará a sua mensagem; e se não a amarmos, ninguém o fará por nós. Se não lermos as obras que a compõe, ninguém as tomará do esquecimento, descaso ou compreensão. Ninguém, além de nós, poderá dar vida a essas tentativas muitas vezes débeis, outras vezes fortes, sempre tocantes, em que os homens do passado, no fundo de uma terra inculta, em meio a uma aclimação penosa da cultura européia, procuravam estilizar para nós, seus descendentes, os sentimentos que experimentavam, as observações que faziam – dos quais se formavam os nossos (1975, vol. 1, p. 10).

O que há em comum entre as duas reflexões, separadas no tempo por mais de vinte anos, pode ser sintetizado nas seguintes formulações: apesar de débil e dependente do exterior, a nossa cultura “nos exprime” e, por isso, a sua revelação nos cabe e é a condição da nossa expressão, dos traços que nos especificam; a tarefa do intelectual brasileiro nutre-se do compromisso com a cultura do seu país, a despeito de reconhecer a sua dimensão acanhada. Quando Antonio Candido distingue os ensaístas da geração de 1930, atribuindo-lhes o papel de renovadores incontestáveis, o faz no crivo de terem construído um pensamento embebido nos nossos problemas, mas segundo os moldes das mais avançadas teorias experimentadas nos centros intelectuais cosmopolitas. Não por casualidade, Candido desenvolverá em *Literatura e sociedade* o princípio de que “localismo e cosmopolitismo” são os traços marcantes da nossa cultura, espécie de “lei de evolução da nossa vida intelectual” (Candido, 1965, p. 131). Posta a questão em outros termos, significa enfrentar o problema de uma cultura atrelada aos movimentos externos, condição ao mesmo tempo inescapável à produção de obras dotadas de eficácia estética ou de qualidade intelectual. A formulação encerra, por isso, uma concepção aparentemente paradoxal, uma vez que cosmopolitismo e localismo não se opõem, embora possam ser diversamente acentuados em diferentes momentos, sendo mesmo requisitos de uma vida intelectual pautada por algum vigor. Exatamente nesse passo, cabe retomar a discussão a respeito do nosso vezo intelectual que persegue “uma tendência comum de imersão

no passado, o perquirir raízes” (Novais e Arruda, 1998, p. 9), enlaçada na busca dos princípios responsáveis pela formação da nossa sociedade.

A inclinação à reconstrução do passado e a propensão ao ensaio são derivações incontornáveis de um exercício intelectual que não pode furtar-se ao enfrentamento dos dilemas de uma história que manifesta nítida sensação de incompletude. Tendo em vista que o ensaio é um estilo comprometido de reflexão, o exercício do ensaísmo crítico estabelece uma relação unívoca entre forma e conteúdo, reforçando, exatamente por isso, a idéia de que a usual recorrência à formação é inerente à adequada compreensão da história brasileira, produzindo um efeito de naturalização da atividade intelectual, espécie de lógica inata que obscurece “operações sociais de nomeação” (Bourdieu, 1998, p. 81). Como representações construtoras da realidade social, essas operações originaram-se de processos de simbolização gestados na dinâmica do confronto, o que exige verificar os movimentos surdos responsáveis pelas prescrições que as acompanham. Requer, ao mesmo tempo, reconhecer que todo problema intelectual é socialmente fundamentado, sendo reversivamente constituinte da realidade.

O princípio da formação, identificado com a correção da conduta ilustrada, responde a um ideal de formação intelectual no Brasil, como bem analisou Paulo Arantes, sendo, por isso mesmo, uma “noção a um tempo descritiva e normativa” (Arantes, 1997, p. 12). Um tipo de avatar do intelectual na periferia do mundo, o primado do ideal de formação permite que se contorne o sentimento de artificialidade da nossa cultura, a ausência de linha evolutiva, a inexistência de “seriação” nas idéias, a persistência da nossa “indiferença”, segundo Sílvio Romero, constante domínio da importação externa sobre a tradição local (*Idem*, p. 17). O problema da formação como questão decisiva de ordem intelectual fundamenta o florescimento de uma cultura enraizada, na medida em que confere organicidade à sociedade brasileira, estabelecendo o lastro para a expressão da intelectualidade nativa.

Foi com a publicação de *Formação da literatura brasileira*, de Antonio Candido, que se desatou, segundo Paulo Arantes, esse “nó histórico” (*Idem*, p. 19), quando o princípio da formação converte-se em método, levando ao tratamento do sistema literário, noção que permite compreender o “processo cumulativo de articulação” (*Idem*, p. 21). Ou, na acepção de Arantes, formação é “acumulação literária” (*Idem*, p. 31); é, portanto, anulação da descontinuidade, é simultaneamente possibilidade de atividade

1. Este raciocínio re-produz as análises de Paulo Arantes sobre o problema e está totalmente ancorado nas suas reflexões. Ver Arantes (1997, pp. 11-66).

intelectual criativa na periferia ou, recuperando o preceito construído por Antonio Candido para balizar a reflexão sobre a cultura no Brasil, é condensação equilibrada de localismo e cosmopolitismo¹. Os meandros do pensamento elucidam, por essa via, a história brasileira e esclarecem a profusão de estudos na área, como observou acuradamente Elide Rugai Bastos, pois “sem compreender tanto as idéias como o lugar social desses intelectuais é impossível entender o movimento geral da sociedade brasileira” (Bastos, 2002, p. 183). Desdobramento incontornável de nossa decantada singularidade?

Justamente como a geração de 1930 encarnou de modo especial essa particularidade da nossa problemática cultural, traço decisivo à distinção auferida no julgamento dos críticos tributários do modernismo, os chamados “intérpretes do Brasil”, além de terem formulado e enquadrado as questões pertinentes ao tratamento da formação, enfrentaram, malgrado a diversidade que os caracteriza, o tema da construção da nossa modernidade nos termos da nova linguagem. Com eles, o modernismo deixa de ser o estilo avançado da literatura, na medida em que chega ao ensaio; o movimento das vanguardas, que na origem foi acentuadamente nacional, ofereceu condições propícias à conformação das nossas peculiaridades; finalmente, pôde-se construir uma imagem do país em moldes positivos, o que não significa *ipso facto* perspectiva otimista, mas que não resultasse de uma visão originada no reconhecimento das incompletudes da nossa história, urdida no espelhamento das experiências forâneas. A constituição da nossa diversidade recebeu dessa geração o seu mais vigoroso alento, rompendo, assim, a inclinação típica dos intelectuais brasileiros até então².

2. Sobre o papel da geração de 1930 e o significado dos “intérpretes” no quadro do pensamento brasileiro, baseei-me nas seguintes obras: Novais (1986); Araújo (1994); Veloso e Madeira (1999); Monteiro (1994); Peixoto (2000); Rego (2000); Wegner (2000); Bastos (2003); Kosminsky *et al.* (2003).

O decênio de 1930 individualizou-se por ter sido, retomando Antonio Candido,

[...] um eixo catalisador: um eixo em torno do qual girou de certo modo a cultura brasileira, catalisando elementos dispersos para dispô-los numa configuração nova. Nesse sentido foi um marco histórico, daqueles que fazem sentir novamente que houve um “antes” diferente de um “depois”. Em grande parte porque gerou um movimento de unificação cultural, projetando na escala da nação fatos que antes ocorriam no âmbito das regiões (Candido, 2000, pp. 181-182).

As referências presentes no texto de Candido são, sem sombra de dúvida, as do modernismo em franco processo de difusão e normalização, no seu impulso em direção a todos os campos expressivos. Sem que

se descure da qualidade artística e intelectual das obras plasmadas pela estética modernista, a concepção estabelece uma evidente analogia com as idéias de inovação e de ruptura, patente numa “maior consciência a respeito das contradições da própria sociedade, podendo-se dizer que sob este aspecto os anos de 1930 abrem a fase moderna nas concepções de cultura no Brasil” (*Idem*, p. 195). A proposta estabelecida absorve o reconhecimento da modernidade cultural no prisma da relação entre linguagem inovadora e engajamento intelectual, visto que os anos de 1930 representaram uma tendência ao esfriamento das experimentações, uma acentuação do “projeto ideológico” diante do “projeto estético” (cf. Lafetá, 1974, pp. 11-25).

As análises de Candido sobre o período baseiam-se, portanto, em dois critérios essenciais e complementares – estético e político –, revelando, por certo, a perspectiva subjacente às suas reflexões, concomitantemente à sugestão de que o movimento modernista só se completa quando, além da “rotinização” e da “difusão”, realiza a sua face engajada. Quer dizer, no momento em que os intelectuais assumem um compromisso com o país moderno – quer no plano social, quer no plano da cultura. Por isso, a sua abordagem sobre o momento desdobrou-se do tratamento conferido à literatura no seu livro clássico, no qual a “tomada de consciência”, o “aspecto empenhado” das obras são dimensões fundamentais do processo formativo (cf. Candido, 1975, pp. 26-29). Ou seja, a formação do pensamento brasileiro acaba por coincidir com a constituição de uma intelectualidade de corte modernista, identificada com as questões do país e dedicada à construção da sociedade moderna neste lado do mundo. A temática da formação refere-se, em suma, à própria consolidação do campo intelectual no Brasil³. Daí, a identificação dos ensaístas dos anos de 1930 como “intérpretes do Brasil”, em claro obscurecimento dos intelectuais precedentes, elucida-se quando os inserimos na tradição modernista, assumida como expressão mais genuína da nossa cultura, introdutora de verdadeira ruptura do tecido cultural, representante dos cânones mais avançados nos centros hegemônicos.

Nessa linha de raciocínio, Paulo Arantes, após constatar o grande número de títulos que reproduzem o termo formação, observa:

[...] na forma de grandes esquemas interpretativos em que se registram tendências reais na sociedade, tendências às voltas, não obstante, com uma espécie de atrofia congênita que teima em abortá-las, apanhava-se naquele *corpus* de ensaios sobre-

3. Utilizo a noção de campo intelectual segundo as formulações de Pierre Bourdieu (1989, pp. 59-73).

tudo o propósito coletivo de dotar o meio gelatinoso de uma ossatura moderna que lhe sustentasse a evolução (Arantes, 1997, pp. 11-12).

4. Sobre essa relação para pensar a cultura, ver Arruda (2001b, pp. 17-47).

5. A idéia do desterro do intelectual está inspirada na célebre frase na abertura de *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda: “Somos ainda hoje uns desterrados em nossa terra” (1963, p. 3). Heloisa Pontes (2003) estende a frase para tratar da intelectualidade americana até os anos de 1920.

6. Sobre a sociologia da cultura, ver Arruda (2001a).

Fusionavam-se modernismo, modernidade e modernização⁴, ou pelo menos impunham-se como ideário a ser perseguido, como condição de superar o desterro dos intelectuais nas sociedades periféricas⁵. Não por casualidade, Paulo Arantes e Roberto Schwarz, herdeiros intelectuais de Antonio Candido, pensaram a vida cultural na chave da periferia (cf. Arantes, 1997 e Schwarz, 1990), após o próprio mestre haver correlacionado condição de atraso e produção literária (cf. Candido, 2000).

A rigor, a tradição que se sedimentou a partir de Antonio Candido origina-se do próprio legado modernista assentado pela primeira geração e que está incorporado de uma certa forma até hoje. Essa indagação sobre o caráter inquestionável da superioridade da herança modernista ganhou força nos últimos 25 anos, expressa num conjunto de obras que elegeram os intelectuais como tema de reflexão. Problemática central da história intelectual, sobretudo no âmbito das elaborações sociológicas da cultura, a rediscussão do modernismo e o tratamento da sua relação com a dinâmica de realização da nossa modernidade têm produzido novas questões para a interpretação⁶. Sintoma, de fato, de “acumulação”, da presença de densidade interna ao chamado pensamento brasileiro e da correlata constituição do campo intelectual, balizas para as elaborações criadas nos tempos presentes; expressões correspondentes de idéias não integralmente superadas, pois ganham vida na recorrência da crítica.

A eleição do modernismo como tema de análise, examinado no registro dos intelectuais que estiveram identificados com o movimento, recebeu tratamento pioneiro no livro de Sergio Miceli, *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)*, publicado em 1979. Além de caracterizar-se pela abordagem incomum na sociologia brasileira até então, ao submeter os intelectuais ao escrutínio das suas inserções sociais particulares, dos conflitos, das disputas por posições, da cooptação política, esse livro trata do modernismo em perspectiva inovadora, comprometida com a dessacralização da vida intelectual e da recusa de louvação dos biografados. A orientação sociológica que percorre a análise leva o autor a privilegiar o tratamento das carreiras em formação no interior da expansão do mercado de trabalho e das novas oportunidades que se abriam, sobretudo aquelas resultantes da política cultural inaugurada no governo Getúlio Vargas. O próprio autor explicita a orientação seguida:

O destino social desses intelectuais ia sendo moldado em meio às circunstâncias de suas orientações e representações de gênero, expostos às marcas neles instiladas por toda sorte de estigmas, às quais se acresciam as injunções de sua posição na linhagem, na fratria, em famílias de “parentes pobres” da oligarquia, incentivados pelas oportunidades de aquisição de capital escolar e cultural que dariam acesso preferencial àquelas posições profissionais conquistadas por força do cabedal de relações sociais (Miceli, 2001, p. 373).

Nesse registro, o livro produziu certo estranhamento quando foi editado, como se pode depreender do próprio prefaciador da obra, Antonio Candido, ao discutir a proposta, “que permite certo afastamento e, portanto, o olhar sem paixão e quem sabe sem ‘piedade’” (Candido, 1979, p. X). E em outras passagens:

É que no fundo a atitude de Micelli [*sic*] é polêmica, e talvez ele “julgue” mais do que seria preciso. A respeito caberia uma observação sobre o perigo das análises que podem ser qualificadas para simplificar de “ideologias” [...]. O papel social, a situação de classe, a dependência burocrática, a tonalidade política – tudo entra de modo decisivo na constituição do ato e do texto de um intelectual. Mas nem por isso vale como critério absoluto para os avaliar. A avaliação é uma segunda etapa e não pode decorrer mecanicamente da primeira (*Idem*, p. XI).

Significativamente, Candido retoma, em outro texto, a questão, procurando distinguir a inserção profissional do “artista e escritor aparentemente cooptados” da realização efetiva da obra, após sublinhar tanto o caráter pioneiro do estudo como a análise notável do segundo capítulo dedicado à “expansão do mercado do livro e à gênese de um grupo de romancistas profissionais” (Candido, 2000, p. 195). Os reparos brotados das considerações do crítico originam-se do destaque conferido à integridade da obra e, por isso, de certo afastamento em relação ao domínio das inferências de cunho sociológico. De novo Candido volta a escandir o significado especial atribuído por ele ao modernismo. A questão aliás da relativização da aura que acompanhou não apenas a atividade dos intelectuais, mas particularmente dos modernistas, foi contemplada por Miceli em outros livros.

Imagens negociadas: retratos da elite brasileira (1920-1940), publicado em 1996, examina a retratística modernista sob o prisma das relações entre as frações da classe dominante e os intelectuais e artistas envolvidos no projeto

de autonomia do ato criador. Para Miceli, os retratos são “o fruto de uma complexa negociação entre o artista e o retratado, ambos imersos nas circunstâncias em que se processou a fatura da obra [...]” (Miceli, 1996, p. 18). A solução pictórica obtida produz-se, assim, na dinâmica de operações pactadas entre o artista e o retratado, o que confere significado relativizado ao gesto de criação. Neste livro, o sociólogo preserva o referencial sociológico ao estabelecer os liames entre a fatura do retrato, a cultura visual e os projetos sociais de uma elite, combinação que se cristaliza na obra. Rompem-se, desse modo, as concepções puramente estéticas ao revelar as circunstâncias, muitas vezes prosaicas, da pintura modernista. O efeito da análise, se leva à perda aurática, ganha em força analítica, ao assentar o trabalho artístico no solo das experiências sociais dos atores envolvidos.

Foi, todavia, no seu último livro – *Nacional estrangeiro* –, editado em 2003, que Miceli desenvolveu de forma mais completa os argumentos que vinha perseguindo nas obras anteriores, porque incorpora à análise três movimentos que passam a desempenhar papel fundamental no tratamento da pintura modernista, e que jogavam papel secundário nas suas reflexões anteriores: a relação dos artistas nacionais com os pintores estrangeiros; a consideração da linguagem; a experiência da imigração.

Em meio a esse fogo cruzado de constrições internas e externas, a imersão dos modernistas na experiência imigratória lhes forneceu o lastro dessa travessia entre a estética do alheio (as linguagens das vanguardas européias) e a intimação local (o enraizamento familiar e social em meio às demandas expressivas de um mercado de arte em formação), nexos de sentido e forma sobre os quais se alicerçou o movimento renovador (Miceli, 2003, p. 16).

O sociólogo debruça-se, então, sobre as ambigüidades contidas no modernismo brasileiro, entre elas a sua raiz agrária, que se manifestarão no âmbito da própria linguagem.

A reflexão construída nas páginas desse livro termina perfazendo um caminho curioso. Sergio Miceli acaba retomando um problema crucial à questão da formação: a possibilidade de atividade criativa na periferia e as suas relações com os cânones externamente concebidos, sintetizadas na construção “nacional estrangeiro”, que não deixa de ser um olhar oblíquo sobre a dialética “localismo e cosmopolitismo”. Desse modo, embora ponha em suspensão o cânone consagrado, pois os artistas “fabricaram a arte modernista que lhes foi possível naquelas circunstâncias” (*Idem*, p.

194), Miceli recupera os princípios programáticos de Antonio Candido sobre a atitude adequada da crítica, construída na aceitação da cultura de seu país, acrescida da necessidade de amá-la, apesar das limitações da nossa vida intelectual.

Ainda que se possam ajuizar com pessimismo ou entusiasmo os frutos de sua atividade, com doses variáveis de reservas críticas, mormente se confrontados com os lances mais ousados dos grandes mestres modernistas – Picasso, Matisse, Braque, Brancusi, Gris etc. –, cumpre entender e admirar o acervo de apreensões sensíveis do mundo social e cultural brasileiro que nos legaram (*Idem*, p. 194).

A visão paulatinamente enviesada vai se revelando direta e o autor conclui com um misto de compreensão, indulgência, até mesmo admiração pelos resultados obtidos, dadas as adversidades do meio interno.

Naquele momento marcado por um conjunto de transformações de monta da sociedade brasileira, em meio aos presságios de um processo irreversível de internacionalização das linguagens e procedimentos do fazer artístico, nossos artistas modernos fizeram o máximo que estava ao seu alcance para elaborar um híbrido com feição toda sua, misto de deglutição do alheio e antena de sociabilidade nativa, a que se denominou aqui arte nacional estrangeira (*Idem*, p. 194).

A obra de Sergio Miceli é paradigmática dos caminhos que a sociologia da vida intelectual tem trilhado no Brasil. As reflexões sobre o modernismo como movimento ganharam corpo a partir daí, ao se examinarem os próprios envolvidos, isto é, as experiências particulares que vicejaram no solo da renovação, mas que foram estrangidas por condicionantes de vária ordem. A correspondente pulverização temática – um autor, uma geração, um contexto –, aponta para a recusa de tratar o movimento no bojo da tradição criada pelos próprios participantes, alude a uma postura intelectual de distanciamento, exprimindo certo ceticismo sobre a nossa modernidade em conjunto. Nessa direção, sólidos estudos que embasam a referida perspectiva (cf. Araújo, 1994; Bomeny, 1994; Chiarelli, 1995; Pontes, 1998; Peixoto, 2000; Martins, 2001; Passiani, 2003; Alves, 2003) são ilustrativos da consideração prismática do modernismo e da compreensão da dinâmica de constituição do campo intelectual no Brasil, cuja particularidade parece levar à necessidade de avaliar o seu processo gerativo. Especialmente essas análises que realizam uma sociologia da sociologia

configuram-se, numa modalidade de auto-entendimento, perceptível nas fimbrias da reflexão. Recupera-se, de certa maneira, as questões enfrentadas pelos intelectuais que elegeram o tema da formação como modo de expressão do pensamento, embora em andamento diverso, dado o distanciamento da ciência social contemporânea dos ensaios abrangentes de interpretação da história brasileira.

Em concordância com o raciocínio proposto, é possível aproximar a sociologia dos intelectuais – ramo da sociologia da cultura – do pensamento brasileiro, tendo em vista que o objeto da reflexão obriga o retorno das preocupações com os mesmos problemas, desvelando orientações valorativas comuns. O tratamento das tensões e dos impasses subjacentes à constituição da sociedade moderna no Brasil passa a realizar-se por meio da avaliação das elaborações intelectuais, dos dilemas vividos por seus praticantes no esforço de construção de uma experiência culturalmente relevante num meio atravessado por concepções acanhadas e caracterizado por oportunidades limitadas. A profusão de estudos sobre os intelectuais no Brasil talvez resulte da sensação de perda progressiva das antigas posições desfrutadas por uma *intelligentsia* que se formou desenhando retratos do país, elaborando diagnósticos, concebendo projetos, vislumbrando trajetórias futuras. O tratamento dos limites de atuação dos intelectuais enleia-se na percepção das hesitações da nossa modernidade, sintoma do desconforto diante do presente, móvel do impulso para nomear essas realizações arrevesadas.

Referências Bibliográficas

- ALVES, Caleb Faria. (2003), *Benedito Calixto e a construção do imaginário republicano*. Bauru, Edusc.
- ARANTES, Paulo Eduardo. (1997), “Providências de um crítico literário na periferia do capitalismo”. In: _____ & ARANTES, Otilia Beatriz Fiori. *Sentido da formação: três estudos sobre Antonio Candido, Gilda de Melo e Sousa e Lucio Costa*, São Paulo, Paz e Terra, pp. 11-66.
- ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. (1994), *Guerra e paz, casa-grande e senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30*. Rio de Janeiro, Escrita.
- ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. (2001a), “Trajetórias da sociologia da cultura no Brasil: os anos recentes”. *Revista USP*, 50: 100-107, jul.-ago.
- _____. (2001b), *Metrópole e cultura: São Paulo no meio século XX*. Bauru, Edusc.
- BASTOS, Elide Rugai. (2002), “Pensamento social e escola sociológica paulista”. In:

- MICELI, Sergio (org.). *O que ler na ciência social brasileira, 1970-2002*, São Paulo, Sumaré, pp.183-232.
- _____. (2003). *Gilberto Freyre e o pensamento hispânico: entre Dom Quixote e Alonso El Bueno*. Bauru, Edusc.
- BOMENY, Helena. (1994), *Guardiães da razão: modernistas mineiros*. Rio de Janeiro, Editora da UFRJ.
- BOURDIEU, Pierre. (1989), “A gênese dos conceitos de *habitus* e de campo”. In: _____. *O poder simbólico*, Lisboa, Difel, pp. 59-74.
- _____. (1998), “Linguagem e poder simbólico”. In: _____. *Economia das trocas lingüísticas: o que falar quer dizer*, São Paulo, Edusp, pp. 81-83.
- CANDIDO, Antonio. (1963), “Prefácio”. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 4. ed., Brasília, Editora da UnB, pp. 9-11.
- _____. (1965), *Literatura e sociedade*. São Paulo, Companhia Editora Nacional.
- _____. (1975), *Formação da literatura brasileira*. 5. ed. São Paulo, Edusp/Itatiaia, vol. 1.
- _____. (1979), “Prefácio”. In: MICELI, Sergio. *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)*, São Paulo, Difel, pp. IX-XIII.
- _____. (2000). *A educação pela noite e outros ensaios*. 3. ed. São Paulo, Ática.
- CHIARELLI, Tadeu. (1995), *Um jeca nas vernissages*. São Paulo, Edusp.
- HOLANDA, Sérgio Buarque. (1963), *Raízes do Brasil*. 4. ed. Brasília, Editora da UnB.
- KOSMINSKY, Ethel.V. et al. (2003), *Gilberto Freyre em quatro tempos*. Bauru, Edusc.
- LAFETÁ, João Luiz. (1974). *1930: a crítica e o modernismo*. São Paulo, Duas Cidades.
- MARTINS, Rubens de. (2001), *Um ciclone na paulicéia: Oswald de Andrade e os limites da onda intelectual em São Paulo (1900-1950)*. São Paulo, Unibero.
- MICELI, Sergio. (1979), *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)*. São Paulo, Difel.
- _____. (1996), *Imagens negociadas: retratos da elite brasileira (1920-1940)*. São Paulo, Cia. das Letras.
- _____. (2001), *Intelectuais à brasileira*. São Paulo, Cia. das Letras.
- _____. (2003), *Nacional estrangeiro: história social e cultural do modernismo artístico em São Paulo*. São Paulo, Cia. das Letras.
- MONTEIRO, Pedro Meira. (1994), *A queda do aventureiro: aventura, cordialidade e os tempos em Raízes do Brasil*. Campinas, Editora da Unicamp.
- NOVAIS, Fernando. (1986), “Caio Prado Jr. na historiografia brasileira”. In: MORAES, R. et al. (orgs.). *Inteligência brasileira*, São Paulo, Brasiliense.
- _____ & ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. (1998), “Apresentação: revisitando intérpretes do Brasil”. *Revista USP*, 38: 8-9, set. -out.
- PASSIANI, Enio. (2003), *Na trilha do Jeca: Monteiro Lobato e a formação do campo literário no Brasil*. Bauru, Edusc.

- PEIXOTO, Fernanda Arêas. (2000), *Diálogos brasileiros: uma análise da obra de Roger Bastide*. São Paulo, Edusp.
- PONTES, Heloisa. (1998), *Destinos mistos: os críticos do grupo Clima em São Paulo (1940-1968)*. São Paulo, Cia. das Letras.
- _____. (2003), "Cidades e intelectuais: os 'nova-iorquinos' da *Partisan Review* e os paulistas de *Clima*, entre 1930-1950". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 53: 33-52, out.
- REGO, Rubem Murilo Leão. (2000), *Sentimento do Brasil. Caio Prado Júnior: continuidades e mudanças no desenvolvimento da sociedade brasileira*. Campinas, Editora da Unicamp.
- SCHWARZ, Roberto. (1990), *Um mestre na periferia do capitalismo: Machado de Assis*. São Paulo, Duas Cidades.
- VELOSO, Mariza & MADEIRA, Angélica. (1999), *Leituras brasileiras: itinerários no pensamento social e na literatura*. São Paulo, Paz e Terra.
- WEGNER, Robert. (2000), *A conquista do oeste: a fronteira na obra de Sérgio Buarque de Holanda*. Belo Horizonte, Editora da UFMG.

Resumo

O artigo examina as relações entre o que se denominou na tradição cultural do Brasil de pensamento brasileiro e um conjunto de trabalhos inseridos no campo da sociologia da vida intelectual, escritos por cientistas sociais contemporâneos. A partir da discussão do problema da formação, o texto propõe como argumento central que o contínuo exame dos intelectuais leva, necessariamente, ao enfrentamento dos mesmos problemas, desvelando orientações valorativas comuns, presentes no tratamento dos limites da nossa modernidade, exprimindo o desconforto atual dos intelectuais. Palavras-chave: Pensamento brasileiro; Formação intelectual; Modernismo; Sociologia dos intelectuais.

Abstract

The article examines the connections linking some classical studies belonging to the cultural tradition of Brazilian thought and a more recent cluster of works in the field of the sociology of intellectual life, written by contemporary social scientists. Starting from the discussion around the historical genesis through the concept of "formation", the text argues that the continuous scrutiny of intellectuals group was nurtured by the former tradition and led to handle similar problems and challenges, both trends converging towards an appraisal of the limits of our modernity, expressing the intellectuals' current discomfort.

Keywords: Brazilian though; Intellectual history; Modernism; Sociology of intellectuals.

Maria Arminda do Nascimento Arruda é professora livre-docente do Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo.